



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BANCADA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Dispõe sobre a alteração do caput do Art. 6º e arts. 28 e seus incisos, 33, 36 e 37 da Mensagem nº 041/2014, protocolada em 03 de novembro do corrente ano, e dá outras providências.

Art. 1º - Esta Emenda dispõe sobre a alteração do caput do art. 6º e dos artigos 28 e seus incisos, 33, 36 e 37, da Mensagem nº 041/2014, que trata sobre o Imposto de Propriedade Territorial e Urbana - IPTU.

Art. 2º - Os Artigos 6º (caput), 28 e seus incisos, 33, 36 e 37 da Mensagem nº 041/2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O valor venal do terreno será determinado segundo critérios de avaliação cadastral e corresponderá à multiplicação da área em metros quadrados do mesmo pelo valor da face de quadra na qual o terreno está inserido definido em URM nos termos do Anexo I da presente lei.

Art. 28 - Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do imposto os imóveis:

I - De propriedade de ex-combatentes das Forças Armadas, que atuaram na Segunda Guerra Mundial ou de suas viúvas.

II - Declarados de interesse ambiental, se devidamente conservados, conforme parecer do órgão municipal competente.

III - Tombados, inventariados ou incluídos em declaração como integrantes do patrimônio cultural, constantes de lista oficial, se devidamente conservados ou restaurados, conforme normas estabelecidas pelo órgão responsável por tal reconhecimento.

IV - Territoriais em que houver construção de edificação nova devidamente licenciada, desde que a área a ser construída não seja inferior a 7,5% da área do terreno, calculada nos termos dos parágrafos 5º a 7º do art. 6º da presente lei, pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez e de igual período, a critério do Poder Executivo.

a) O benefício deste inciso se extingue com a conclusão da obra e tem prazo máximo de 02 (dois) anos.

b) O benefício deste inciso não se aplica às obras parciais e será extinto no caso de paralisação da obra.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BANCADA DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

V - De loteamentos regulares, enquanto perdurar sua execução, pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez e de igual período, a critério do Poder Executivo.

VI - De propriedade de associações, sem fins lucrativos, de natureza beneficente, cultural, educacional, esportiva, comunitária ou religiosa e de entidades de classe, desde que seja utilizada para os fins a que a entidade se dedique, conforme seus estatutos.

VII - Cujo valor do imposto seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) da URM.

Art. 33 - Os benefícios fiscais previstos nesta Lei não poderão ser cumulados, exceto com o previsto no art. 32.

Art. 36 - Para o exercício de 2015, a redução concedida no art. 32 será estendida a todos os imóveis independente do seu uso.

Art. 37 - Para o exercício de 2015, ficam isentos os imóveis sujeitos à depreciação por estarem localizados em logradouros públicos em zona alagadiça, com base em parecer emitido pelo órgão responsável pelo Sistema de Drenagem Municipal."

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA EM PLENÁRIO

SALA DAS SESSÕES, 24 de novembro de 2014

Luiz Henrique Viana
Vereador PSDB - Líder do Governo